

36º Encontro Anual da ANPOCS

GT24 - O pluralismo na teoria social contemporânea

**Do problema do social ao social como problema: elementos para
uma leitura das "novas sociologias" contemporâneas**

Diogo Silva Corrêa (IESP-UERJ / EHESS)

I

Desde suas origens, a sociologia teve de lidar com um mito fundador: a apreensão do fato social como coisa. Se esse movimento, a princípio, foi não apenas um gesto fundacional como basilar para à sociologia garantir uma relativa autonomia frente aos outros saberes como a biologia, a psicologia (Durkheim, 1912) e a literatura (Lepenes, 1996), é inegável que, em um segundo momento, muitos problemas daí advieram. Não por acaso, o conceito de sociedade tem sido progressivamente contestado e a tese segundo a qual este seria obsoleto parece angariar cada vez mais defensores (Viveiros de Castro, 2002; Ingold, 1996; Latour, 2006).

Nossa discussão parte, portanto, desse problema constitutivo da formação da sociologia: a formulação durkheimiana do *fato social como coisa*. Isso para, em seguida, apontar como a sociologia contemporânea contribui para “dessubstancializar” essa noção. Nossa leitura é interessada e, em certo sentido enviesada, pois ela extrai da sociologia contemporânea os elementos que auxiliam no trabalho de confrontação da dimensão reificante do social. Em termos mais precisos, nossa leitura expressa como parte da sociologia francesa hodierna, para escapar à dimensão reificante do social, opta pela estratégia da apreensão do *social como problema*.

Diante desse quadro, propomos uma leitura da sociologia contemporânea através do seu progressivo esforço de "dessubstancialização" do social. Já nas décadas de 1960-70, esse esforço é encontrável em, ao menos, quatro grandes autores: Erwin Goffman, Harold Garfinkel, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens... E a estratégia principal para executar essa árdua tarefa, nos parece, foi o relacionismo. Seja pelo viés de uma dessubstancialização do social nas ações interativas *in situ* ou nas interações face-a-face, como em Garfinkel e Goffman, ou então em sua diluição na relação dialética entre agência e estrutura, como em Bourdieu e Giddens, o social como coisa – ou, se se preferir, como totalidade ou consciência coletiva dotada de uma viscosidade coisificante – parece ter sido o grande entrave a ser superado. O relacionismo tornou-se então dominante e hegemônico e foi, digamos, metabolizado pelo senso comum da sociologia contemporânea.

Isto dado, nos parece que é preciso ir além. E ao trazermos à baila a sociologia pragmática francesa, acreditamos ser possível observar uma novidade. Ao nos questionarmos, a partir da aludida corrente, o que seria, hoje, fazer uma sociologia das sociedades contemporâneas, que tipo de novidade pode ser vista para além do relacionismo? O que esses autores trazem de diferente do que fora legado pela tradição do pensamento sociológico clássico (e aqui eu incluo, digamos, os “clássicos contemporâneos” ou neoclássicos como Bourdieu, Goffman, Garfinkel e Giddens)? Mais do que isso, nos perguntamos em que medida essa sociologia do tempo presente reflete, através de suas ferramentas e formas de expressão uma “ontologia do tempo presente” (Michel Foucault)?

Mas, vamos com calma. Por ora, é preciso explicitar quais respostas a sociologia francesa contemporânea nos trouxe para além do relacionismo. Nossa hipótese é que, a partir da década de 1980, uma outra estratégia parece ter sido propalada. Ainda que a imagem do social (ou mesmo do real, como bem notou Vandenberghe, 1999) como relação não tenha sido deixada de lado nem abandonada, mas intensificada, com Bruno Latour, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Daniel Cefaï e Francis Chateauraynaud, para citarmos os autores que consideramos mais significativos da constelação da pragmática da sociologia francesa (Dosse, 1996), uma nova passagem parece se anunciar. Há uma transição do *problema do social* para o *social como problema*. Grosso modo, o social deixa de ser o elemento explicativo das coisas e torna-se aquilo que deve ser explicado a partir de relações problemáticas. O social não é mais, como em Durkheim (1912), o elemento explicativo das noções de espaço e de tempo ou das formas elementares da vida religiosa, nem, como em Bourdieu (1979), o elemento explicativo da lógica da distinção dos juízos estéticos, dos comportamentos e das ações guiadas pelas estruturas encarnadas nos corpos (*habitus*), mas, ao contrário, é um conjunto de relações e associações dinâmicas, dúcteis e fluídas que podem ser captadas através de situações problemáticas. O social, nesse sentido, deixa de ser uma “coisa”, uma substância dotada de características e traços positivos a partir dos quais os elementos não sociais ganham sentido (como a religião, a arte, a ciência e a própria sociologia!) e torna-se um conjunto de movimentos, associações, transformações, enfim, um fluxo tornado apreensível a partir de *affaires*

(Boltanski e Clavérie, 2007; Chateauraynaud, 2011), momentos críticos (Boltanski, 1990; Boltanski e Thévenot, 1991), situações problemáticas (Cefaï, 2006) e situações de prova e controvérsias (Latour, 2006, 2010). Esse sendo o ponto fundamental do presente artigo: apresentar como a sociologia pragmática francesa advoga pela importância das situações problemáticas e incertas como modalidade de captação do social e, com isso, revela progressivamente o *social como problema* ainda *enquanto problema*. Desse modo, a sociologia francesa fornece uma nova resposta para escapar às substantivações do social legadas pela tradição do pensamento sociológico.

Como então poderíamos rapidamente sintetizar as estratégias propaladas pela sociologia pragmática francesa para a captação do social como problema? A argumentação se situa em três níveis. Um primeiro é metodológico: parte-se da hipótese de que o social é o que se torna visível através das situações problemáticas, momentos críticos, controvérsias, affaires, crises coletivas, etc. Um segundo é ontológico: o social não é prévio aos desdobramentos das ações em meio às situações problemáticas, mas o seu resultado. Ele não é, portanto, o que explica a resolução do problema, mas, ao contrário, *o social é o que emerge a partir das suas formas de resolução*. Um terceiro, por fim, é histórico: cada vez mais a modalidade de aparição e expressão do mundo tem se dado na condição de problema. A considerar a literatura sobre riscos, epidemias como a “vacina louca”, gripe aviária e questões altamente controversas como os transgênicos, a nanotecnologia, o amianto, o clima, etc., cada vez mais os elementos do mundo têm se mostrado em sua condição incerta. Progressivamente, a modalidade de aparição do mundo tem se dado nos movimentos e fluxos problemáticos, sendo os riscos e as incertezas, hoje, parte integrante da experiência quotidiana e concreta dos habitantes do mundo.

Isso dito, convém passarmos ao modo como a sociologia pragmática contemporânea expressa essa mudança de *perspectiva* nos três aludidos níveis que, no presente texto, descrevo como a passagem *do problema do social para o social como problema*.

II

Logo no início de *Changer de Société. Refaire de la sociologie* (2006), Latour propõe à sociologia, para usar os termos de Thomas Kuhn, uma mudança paradigmática, tal como ocorreu na física no século passado:

“Na física, como na sociologia, na maior parte das situações ordinárias, quando a mudança é lenta, um quadro de referência absoluto registra sem deformação insuportável a ação discordante dos agentes: o paradigma pré-relativista convêm perfeitamente. Mas desde que as coisas se aceleram, desde que as inovações proliferam, desde que o número de entidades se encontra multiplicado e se obstina-se a manter um ponto de referência absoluto, recolhem-se dados que não possuem de imediato nem pé, nem cabeça (...) A questão se põe então da seguinte maneira: se, no início do século passado, os físicos chegaram a passar da solução de bom senso que postulava a existência de um éter absolutamente rígido e, contudo, indefinidamente plástico, os sociólogos podem descobrir novas possibilidades de deslocamento de um quadro de referência a outro abandonando, por sua vez, a noção de substância social como se tratasse de uma hipótese ‘supérflua’? (2006: 23)

Na impossibilidade de se manter um ponto de vista absoluto, uma metafísica externa aos atores que seja capaz de fundar, para além dos próprios, um princípio de explicação último de seus comportamentos, de suas ações, Latour propõe uma reorientação de perspectiva com relação à sociologia clássica. O principal objetivo do autor é oferecer uma alternativa que seja capaz de escapar do social substantivo, quer dizer, do social como quadro de referência absoluto e explicativo das coisas (a sociedade como “Deus”, em Durkheim, ou “estrutura estruturada”, em Bourdieu) para caminhar na direção de uma sociologia que seja sensível às *variações* e *metrologias* mobilizadas pelos atores, em situações problemáticas ou em controvérsias, para qualificar seus respectivos “cosmos” e “modos de existência”. Em poucas palavras, trata-se de elaborar uma metafísica que, no limite do possível, se deixe contaminar pelas metafísicas dos atores sobre os quais a sociologia teoriza. Como bem define Latour, “a tarefa de definição da ordenação do social deve ser deixada aos próprios atores, no lugar de ser monopolizada pelo pesquisador” (2006: 36). E completa mais adiante: “nosso objetivo não é estabilizar o social no lugar dos atores estudados, mas deixar os atores, ao contrário, fazerem o trabalho de composição em nosso lugar” (2006: 46)

Qual seria então a estratégia de Latour para captar o modo como os próprios atores definem a “ordem do social” ou fazem “o trabalho de composição” do mundo no lugar do sociólogo? É exatamente aí que entra a

importância das situações críticas, de crise ou das controvérsias. Para captar o modo como os próprios atores compõem e recompõem seus mundos, Latour propõe que se vá diretamente às situações ou momentos em que o social, quer dizer, os “elos” e os “vínculos”, os “desvios” e as “composições”, ou simplesmente as “associações de elementos heterogêneos” ainda encontram-se instáveis, em estado “quente”. E isso por duas razões. A primeira é histórica – e talvez aqui esteja a grande afinidade de Latour com Ulrich Beck. Como bem definiu esse último em *Risk society* (1992), vivemos em um mundo cujo maior desafio não é mais a distribuição da riqueza e dos bens, mas o compartilhamento de riscos¹. Paradoxalmente, o projeto iluminista que visava à obtenção de maior controle sobre o mundo, a partir do acúmulo de conhecimento e do progresso tecnológico, acabou levando, ao contrário, ao reconhecimento de uma ampla gama de riscos, quer dizer, da dimensão incerta do próprio mundo. Ao invés de certezas, a racionalidade instituída levou ao progressivo reconhecimento da condição problemática do mundo. Daí a necessidade de se ater às situações problemáticas ou controversas para bem apreendê-lo – afinal, essa se torna progressivamente a sua principal modalidade de expressão.

A segunda razão, de ordem metodológica, diz respeito ao fato do social se tornar mais bem apreensível, senão apenas, ao menos sobretudo nesses momentos. São nas situações de ruptura ou incertas que os elementos constitutivos e pertinentes para os atores tornam-se visíveis para a análise. Nas situações de rotina, onde os objetos, as entidades e as pessoas estão bem estabilizadas, o mundo adquire uma transparência e seus elementos são “tomados por naturais ou óbvios” (*taken for granted*) (Schutz) ou “vistos, mas não notados” (*seen but unnoticed*) (Garfinkel). O mundo aparece em sua modalidade dóxica (Husserl, Bourdieu) e não exige nenhum questionamento; nada necessita passar pelo crivo da atividade crítica. É apenas à medida que há bloqueios, rupturas, transformações, variações, etc., que determinados traços tornam-se apreensíveis para a apreciação sociológica. Nas palavras de Latour, “o social não pode ser apreendido senão pelos *traços* que ele deixa no curso de provas, quando uma *nova* associação se cria entre elementos que não são, de

¹ Ver igualmente Vandenberghe, 2001.

nenhum modo, ‘sociais’ por si mesmos” (2006: 17). Ou ainda, de modo mais preciso, Latour explicita que “a questão do social emerge quando os elos nos quais nós estamos envolvidos começam a se desfazer” e que “são os movimentos inesperados de uma associação a outra que permitem detectar o social” (2006: 357). O social, mais do que *coisas em relação*, é definível e captável apenas enquanto *problemas em movimento*. E daí decorre o argumento ontológico: *social é o resultado sempre provisório e temporário das resoluções empreendidas pelo trabalho dos atores no processo de experimentação desses movimentos problemáticos*.

Isso explica a importância, para Bruno Latour, das situações de prova. Em *Cogitamus* (2010), mais precisamente na segunda carta (o livro é composto, ao todo, por seis cartas), ele trabalha o aludido conceito. Trata-se, como já se disse, de um problema de método. Se o social não é mais uma coisa composta e fixa, quer dizer, uma substância, como seria possível analisar a dinâmica de sua composição *en train de se faire*? Ora, explica Latour, é no momento de prova que se revela “o embotamento de desvios e de composições” que compõem o social (2010: 45). E qual seria a prova exemplar? Ainda que exista outras modalidades de expressão, a mais pedagógica, segundo Latour, seria mesmo a *pane*.

E assim o autor a descreve. Um estudante se senta em frente ao seu computador para fazer o seu dever. Tudo funciona muito bem até que, de repente, “paf, bug, gap, crise, furor” (2010: 45). O computador, um mero *objeto técnico*, se apresenta agora enquanto um *projeto sócio-técnico*: “de simples, meu computador se tornou múltiplo; de unificado, ele se tornou desarmônico; de imediato, ele se tornou mediado; de rápido, ele se tornou lento (...)” (2010: 47). E parte da *rede* e dos *elementos heterogêneos constitutivos* que o mantinham funcionando em perfeito estado (*o social!*), e agora falham, vem ao primeiro plano e tornam-se visíveis: “é quando as coisas se complicam que procuramos analisar os seus elos (...)” (2010:16). Um processo de investigação, no sentido de Dewey², se inicia. Levado à equipe de técnicos, a indeterminação inicial começa a ser revelada; a fonte da perturbação é encontrada e um problema se mostra progressivamente. Soluções e hipóteses são testadas e

² Ver Dewey, 1993.

verificadas. Só então que, passado algum tempo, o problema é, enfim, reparado, e o dono do computador pode usufruir de sua máquina, e retomar o seu curso de ação... Acontece que, uma vez concluído o processo, “e *hop*, o que há de verdadeiramente original nas técnicas logo desaparece” (2010: 55).

A *pane*, portanto, é o que permite com que um objeto (no caso, o computador) se mostre variável, aberto e, nesse sentido, possa ser “redescoberto” não como uma “coisa inerte”, mas como um fluxo contínuo cuja aparente fixidez só é mantida por uma série dinâmica e contínua de *desvios* e *composições* ou associações heterogêneas até então não visíveis: “ele [o objeto] bem existe, mas ao modo de um corte no instante *t*. O objeto é uma parada sobre uma imagem do filme do projeto” (2010: 55).

Muito embora a *pane* seja o exemplo mais didático, a situação de prova não pode ser a ela redutível. Explica didaticamente o autor que as situações de prova

“podem vir de inovações que introduzem um novo objeto no ambiente para o qual os espíritos não estão preparados; de um deslocamento no tempo ou no espaço que apresenta dispositivos que não correspondem nem a sua cultura nem aos seus hábitos; da arqueologia que retira da terra artefatos sem nenhum uso; enfim, da ficção quando um romancista hábil inventa mundos materiais que contrastam com os usos e costumes do mundo atual.” (2010: 45)

Ainda em *Cogitamus*, mais precisamente na terceira carta, Latour continua a apontar para a importância da captação do social a partir do momento em que as coisas mostram-se instáveis e problemáticas e em seguida enfatiza outro ponto fundamental para essa virada da sociologia francesa na direção do *social como problema*: as controvérsias científicas. Essas são, por definição, o momento em que diversos elementos do mundo se apresentam em sua condição instável. Para exemplificar, Latour fala dos enunciados que, ao longo da controvérsia, transitam no mais das vezes entre dois extremos: a dúvida radical e a certeza incontestada. O ex-professor da *École de Mines* explora a ideia de que “um enunciado que não precisa mais de aspas, de nenhuma condicional, possui a particularidade de tornar-se impossível de se distinguir do mundo” (2010: 81-2). O enunciado incontestado (*dictum*), portanto, não é um pleonismo do mundo, mas pode se tornar dele indiscernível como resultado provisório de uma longa controvérsia: “no início (...), o enunciado

flutua; no fim, deve-se descobri-lo solidamente ancorado em uma paisagem precisa (...)” (2010: 81). A hipótese de Latour é que, *no início, tudo é problemático, tudo é fato disputado (matter of concern)*; e que os “*fatos prontos*” (*matters of fact*), as “*certezas*” são sempre não o que é dado de antemão e sempre esteve lá para ser finalmente descoberto, mas *a resultante (sempre provisória, diga-se de passagem) de um longo processo controverso em torno de sua definição*. Tudo se passa como se a estabilidade fosse uma modalidade rara e insólita da reiterada variação constitutiva do mundo.

A tarefa que então Latour propõe para bem acompanhar o *social como problema* é seguir os atores em meio às controvérsias. E seguir uma controvérsia implica em acompanhar esse processo no qual o enunciado *ontologiza-se* progressivamente, ou seja, deixa de ser uma mera frase flutuante e torna-se ele próprio, ainda que sempre interinamente, uma mera redundância do mundo. Em outros termos, seguir uma controvérsia exige analisar o próprio processo de composição do mundo; trata-se, portanto, de seguir o modo como os atores se esforçam para, apesar (e em razão) das diferenças, discordâncias, dissensos, etc, comporem um mundo comum.

A tarefa do pesquisador é, portanto, “seguir, traçar ou cartografar uma controvérsia” localizando “*todos os seus movimentos*” (2010: 85), todas as suas passagens, suas transformações e mudanças intensivas. Isso inclui, também, acompanhar os enunciados ainda permeados de dúvidas e hesitações, passando pelos estados intermédios como o “rumor”, “opinião”, “parecer”, “proposição” até a sua possível fase final, em que se tornam “descoberta” e “fato”, quer dizer, *inscrições* nítidas e bem definidas posteriormente encontradas em artigos acadêmicos sem a necessidade das aspas.

Outro ponto levantado por Latour é que, em uma controvérsia, a separação entre ciência e política torna-se indiscernível. Captar *o social como problema* implica em, no início, na não distinção entre o que é da *ordem dos fatos* (ciência) e o que seria da ordem da *visão sobre os fatos* (política). A própria divisão entre política e ciência é vista como uma resultante dos desdobramentos temporais da dinâmica interna da própria controvérsia, e não aquilo que já estava constituído de modo a ela prévio. Aproveitando essa reflexão, Latour propõe uma nova definição da sua disciplina em nome da qual advoga:

“Humanidades científicas [...] consistem em seguir *todas as provas* capazes de produzir ou não convicção, todas as engenhosidades, as montagens, as astúcias, os achados, as coisas graças às quais termina-se por tornar evidente uma prova de modo a fechar uma discussão permitindo aos interlocutores mudar de opinião sobre o caso em torno do qual eles se encontram reunidos.” (2010: 100)

Em outros termos, trata-se de analisar o processo de composição do social levado a cabo pelos atores nas situações em que ele é visível, quer dizer, nas situações problemáticas, de transformação, ruptura, etc. Pois se nada, se nem mesmo a própria evidência é evidente *a priori*, então resta todo o trabalho de repertoriar as modalidades de constituição de sua emergência. E isso, é claro, sem fazer uso de uma metafísica anterior aos processos controversos. Bem ao contrário, acompanhar a controvérsia significa descrever as formas pelas quais os próprios atores edificam e por vezes modificam a evidência. E, se evidência há, duas condições se impõem à análise. Primeiro, que ela *parta diretamente dos atores* em meios às situações de prova ou controvérsias e, segundo, *que ela seja uma resultante de sua atividade conjunta*. Quer dizer, não mais de um *cogito ergo sum*, mas, para fazer referência ao título da obra, de um *Cogitamus ergo sumus*.

Latour destaca, ademais, o fato de, nos dias de hoje, existir uma proximidade muito maior entre o trabalho científico e a atividade leiga dos atores ordinários, e aponta para como, cada vez mais, lidamos com situações controversas não dotadas de um modelo prévio – um quadro de referência absoluto – que nos capacite lidar diretamente com elas. Nesse último sentido, pode-se dizer, com Latour, que faz mais sentido falar no *social como problema*, porque *vivemos*, de fato, *em um mundo de mais a mais problemático*.

Por isso, nos importa aqui acentuar, tanto na importância que Latour confere às situações de prova e de pane quanto às controvérsias (as quais podem ser entendidas como incertezas duráveis), o modo como o autor propõe a captação do *social como problema*. Ou seja: o social não é mais o elemento que pode explicar as controvérsias³ (como as relações de poder entre os campos ou os *habitus* em Bourdieu), mas é, ele próprio, o que emerge dos movimentos

³ Ver Lemieux, 2007.

problemáticos que se expressam no processo controverso. Nessa perspectiva, “dessubstancializar” o social implica não apenas submergi-lo na tessitura relacional do real, mas sobretudo apreendê-lo não mais como coisas em relação, porém como problemas em movimento.

III

Outros dois autores da constelação pragmática da sociologia francesa que também apontam para a importância da captação do *social como problema* são Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Diferentemente de Latour, os autores centram-se na dimensão moral dos vínculos entre os homens, sendo o seu objetivo captar as formas de acordo que as pessoas estabelecem entre si em meio a momentos críticos.

Em *De la Justification* (1991), Boltanski e Thévenot estipularam como hipótese de fundo a ideia de que o social não é nem um universo redutível a relações arbitrárias e de dominação (Bourdieu), nem fundado em um único princípio de justiça universalmente válido (Rawls). Ora, ponderam os autores, se não há um único princípio metafísico (seja ele um princípio de justiça ou de força) externo aos atores com base no qual o analista pode explicar porque eles se acordam ou são obrigados a se acordar, é preciso atentar para o modo como os próprios atores, em situações de disputa, tecem e confeccionam o social através de investigações axiológicas. Nas palavras dos autores,

“a partir do momento em que o pesquisador não pode se dar ao direito de assentar a validade de suas afirmações em uma exterioridade radical, o término da descrição se torna problemático. É preciso então, na descrição, se manter o mais perto possível do modo como os próprios atores estabelecem a prova na situação observada, o que conduz a estar atento à diversidade de formas de justificação” (1991: 25).

Assim como em Latour, essa reorientação se expressa em três níveis. Um primeiro é de ordem histórica. Boltanski e Thévenot partem da ideia de que o discurso crítico da sociologia foi progressivamente metabolizado pelo senso comum a ponto de se poder, hoje, falar em uma *sociedade crítica*. A crítica progressivamente tornou-se uma prática disseminada da qual os atores leigos fazem uso frequentemente. Esse processo pode ser expresso, como bem

mostrou Derouet, no universo escolar francês. Em *École et Justice* (1994), o autor descreve a passagem do modelo de justificação simples no qual há um consenso em torno do ideal de igualdade de condições da escola republicana para um modelo de justificação complexo em que outros ideais da “boa escola” entram no espaço de disputa: a escola comunitária, que coloca a proximidade com o ambiente familiar do aluno como elemento fundamental; a escola inspirada, que critica o modelo da escola universalista republicana como forma de domesticação da criatividade dos alunos; a escola pautada pelos valores do mercado, que aufere o valor das escolas pelas taxas de aprovação nos postos mais desejados, etc. Portanto, no microcosmo da educação expressa-se movimento que, na realidade, é extensível ao macrocosmo da sociedade (e sociedade aqui utilizado no sentido da sociologia clássica!): após a crítica radical do modelo escolar republicano, cujo ápice pode ser simbolicamente situado em maio de 1968, existe a consagração progressiva de várias outras formas universais de ser justo, engendrando um contexto de justificação de mais a mais complexo. Essa disseminação da crítica, portanto, engendra a necessidade da passagem de uma sociologia que faz e arroga para si o monopólio da produção da crítica social para uma sociologia *da* crítica que formaliza as competências críticas dos atores submetidos ao imperativo de justificação (Boltanski, 1990).

A segunda razão é metodológica. A ideia da captação do social como problema, no caso de Boltanski e Thévenot, passa pela heurística dos momentos críticos. O social é o que é, ao mesmo tempo, feito e tornado apreensível pelos momentos críticos. E não se trata aqui de mobilizar um conceito externo ao que fazem os atores para explicar o modo como eles agem e estabelecem acordos quando submetidos às situações críticas nas quais se vêem impedidos a justificarem-se. Ao contrário, é a própria atividade dos atores, quer dizer, o modo como eles experimentam e investigam as indeterminações, que permite ao sociólogo captar a lógica *nativa* que os conduz aos consensos. Portanto, para os autores importa olhar para os momentos críticos ou situações indeterminadas exatamente porque, nesses momentos, não apenas os indivíduos atualizam suas capacidades críticas e empreendem investigações axiológicas, bem como as pressuposições normativas, subentendidas e não articuladas em situações rotineiras e habituais, tornam-se

visíveis. Ou seja: nos termos de Bruno Latour, nas situações críticas que envolvem formas de resolução axiológicas, as *redes morais* – ou elementos morais que tecem certas redes de elementos heterogêneos – se tornariam visíveis. Nesse sentido, observar como os atores fazem o acordo implica igualmente em atentar para o que, até então, os mantinha acordados sem que uma explicitação fosse necessária. O próprio social, portanto, se torna duplamente apreensível nos momentos críticos, posto que o trabalho empreendido pelos atores mostra como *ele se faz e se refaz* ao mesmo tempo que expressa *do que ele era e é feito*. Afinal, como notam os autores,

“as grandezas [ou valores] tornam-se particularmente proeminentes nas situações de disputa, tais como se pode observá-las nas inúmeras ocasiões da vida quotidiana. Caracterizadas por uma inquietude sobre a avaliação das pessoas, esses momentos são propícios à localização dos modos de qualificação” (1991: 26).

A hipótese é que o foco nos momentos críticos que exigem dos atores uma atividade axiológica para a sua resolução, permite fazer jus à uma sociedade cujos princípios de justificação tornam-se complexos:

“Essa orientação teórica que supõe capturar a ação em sua relação com a incerteza, tem por consequência, no nível do método de observação, o enfoque da pesquisa nos momentos de disputa e de crítica que constituem as cenas principais dessa obra. Aliás, a escolha de estudar prioritariamente esses momentos nos parece particularmente adaptada ao estudo de uma sociedade onde a crítica ocupa um lugar central e constitui um instrumento principal de que dispõem os atores para experimentar a relação do particular e do geral, do local e do global.” (1991: 31).

Portanto, na obra *De la justification* (1991), Boltanski e Thévenot optam, para a captação do social nas sociedades contemporâneas, por colocar o foco nas situações em que uma crise ocorre – seja interobjetiva (i.e., uma falha de um computador, a luz que repentinamente se apaga, uma máquina na linha de produção que pifa, etc) ou intersubjetiva (i.e., ofensas pessoais, desacordo interpretativo, querela intelectual etc) – e os indivíduos são obrigados a exercer um trabalho (nos termos de Dewey, uma investigação) com vistas a devolver ao mundo um novo equilíbrio axiológico.

Pode-se dizer, portanto, que Boltanski e Thévenot, ao invés de se perguntarem que tipo de *formação ou estrutura social produz acordos*, se

perguntam *como os acordos estabelecidos pelos próprios atores em momentos críticos produzem o social*. E daqui retiramos as implicações ontológicas do argumento: *o social deixa de ser o elemento explicativo dos acordos e torna-se ele próprio a resultante do trabalho empreendido pelos atores em momentos críticos que envolvem formas de resolução que fazem apelo à dimensão axiológica. O social é o que se forma a partir das investigações axiológicas empreendidas pelos atores nas situações críticas. Ele é captável como problema porque, em alguma medida, o social sempre é, a princípio, resultado dos contínuos movimentos problemáticos que o constituem e, em alguma medida, o refazem permanentemente.*

IV

Em *La faute professionnelle* (1991), Francis Chateauraynaud (antigo colaborador de Luc Boltanski) propõe uma pragmática da atribuição de responsabilidade a partir de casos de conflito de trabalho e segue na linha de raciocínio do que aqui definimos como captação do *social como problema*. Logo no início da obra, pontua o autor que

“O argumento é a partir de agora clássico: a crise informa sobre a estrutura da qual ela se manifesta (...) Entre o acontecimento e o modo de tornar coerente os objetos e as relações que nele aparecem – o que a sociologia clássica chama de estrutura – há o trabalho de transformação operado pelos atores para tratar do acontecimento. Se nosso quadro de análise deve nos permitir descrever as coerções que pesam sobre o retorno à normalidade quando uma anomalia, um desajuste, uma falha, uma incoerência, uma crise sobrevêm num dispositivo que liga pessoas e coisas, não se suporá outras formas estáveis a priori do que aquelas introduzidas pelos atores para qualificar a perturbação e tentar recolocar ordem em seu mundo. Assim, o trabalho empreendido pelos atores para identificar a fonte da perturbação do dispositivo do qual eles são parte integrante, e para tentar remediá-lo, nos informa consideravelmente sobre esse dispositivo sem que nós tenhamos necessidade de dele ter um conhecimento aprofundado a priori.” (Chateauraynaud, 1991: 24-26. Grifos meus)

Dois dos elementos elencados pela longa passagem bem sintetizam os pontos fundamentais que foram discutidos até aqui. Primeiro, Chateauraynaud sublinha a importância da crise como elemento fundamental para a compreensão dos elementos constitutivos da estrutura da situação da qual ela provém. Trata-se aqui da estratégia metodológica: o *social* só é *apreendido* e

apreensível senão apenas ao menos sobretudo *quando* ele *se mostra em sua condição problemática*. Já que não há nenhuma metafísica universal ou princípio de dominação total (ou, como diria Latour, um quadro de referência absoluto) que possa dizer qual a estrutura que preside as ações e os comportamentos dos atores, então cabe olhar para o próprio trabalho investigativo e de experimentação empreendido pelos atores nas situações de crise. É por isso que *o problema do social* só pode ser mapeado, cartografado e, nesse sentido, compreendido, através do *social como problema*.

O segundo ponto fundamental diz respeito à necessidade de não se supor nenhuma forma estável para além daquelas mobilizadas pelos próprios atores para qualificarem a perturbação que lhes aflige. Aqui entra a questão ontológica: é pela descrição do modo como os atores experimentam e solucionam a perturbação que é possível conceber e conhecer o que é o (seu) social. E com isso captar a lógica que preside suas ações quando os próprios edificam e reedificam o próprio social. *O social é, nesse sentido, a resultante da atividade dos atores em meio aos problemas*. Assim como nos autores da sociologia pragmática até aqui tratados (Latour, Boltanski e Thévenot), trata-se não mais de olhar para como o social permite compreender a resolução de problemas, mas de perceber e apreender como contínuos *problemas em movimento* engendram o social.

Em obra conjunta com Christian Bessy, *Experts et Faussaires* (1995)⁴, Francis Chateauraynaud analisou as situações críticas nas quais os atores se esforçam para restabelecer a facticidade do mundo. Não mais focados no senso de justiça, Chateauraynaud e Bessy propuseram uma pragmática do senso de realidade dos atores analisando-os em situações críticas nas quais os próprios objetos dispostos no mundo se mostravam ambíguos, instáveis e indefiníveis. Ao invés de se perguntarem que tipo de *convenção coletiva ou representação social produz a realidade dos atores*, Chateauraynaud e Bessy se perguntaram *como, ao restituírem a facticidade do mundo em momentos críticos, os atores*

⁴ Partindo das investigações empreendidas pelos atores para atestar a autenticidade dos objetos e a facticidade das coisas, os autores se puseram a analisar uma ampla gama de casos, dos quais a “falsificação de marcas, polêmicas sobre patentes e direitos autorais, cenas de estimação [do valor de objetos], de narrativas de colecionadores, controvérsias históricas ou arqueológicas, plágios ou farsas literárias, *affaires* de atribuição de autoria de quadros ou casos de degustação.” (1995: 17).

explicitam os princípios de realidade que os norteiam ao mesmo tempo em que produzem o social. Nesse sentido, o social deixa de ser o elemento explicativo da realidade e torna-se a resultante do trabalho empreendido pelos atores em momentos críticos que envolvem formas de resolução que fazem apelo não mais à dimensão axiológica dos acordos, como em Boltanski e Thévenot, mas a dimensão ontológica dos mundo.

Em trabalho posterior com Didier Torny (1999), Chateauraynaud avançou sobre o modelo de EG⁵ não mais pensando as investigações axiológicas ou ontológicas voltadas para acontecimentos que já ocorreram, mas para aqueles que ainda estão para ocorrer. Ou seja: não se trata mais de pensar *o social como problema* a partir de acontecimentos passados que exigem dos atores uma atividade investigativa na busca de sua resolução, mas, de modo distinto, de problemas cuja temporalidade futura exige uma atividade preventiva presente.

De modo a bem explorar essa questão, Chateauraynaud e Torny trouxeram à tona a figura dos denunciante (*whistleblowers* ou *lanceur d’alerte*), versão contemporânea dos antigos profetas do apocalipse⁶ (*prophetes du malheur*). Uma vez mais, uma razão histórica, outra metodológica e um argumento ontológico explicam relevância de se pensar as situações críticas cujo modo de resolução aponta para a construção da facticidade de catástrofes e infortúnios que ainda estão para se realizar. Assim Chateauraynaud e Torny sintetizam a mudança da sensibilidade histórica relativamente ao risco e aos alertas⁷:

⁵

⁶ Diferentemente dos profetas do apocalipse, os delatores têm por objetivo maior evitar a catástrofe que eles anunciam.

⁷ Uma outra boa passagem faz referência a um outro elemento fundamental da mudança das sensibilidades, que é o princípio de precaução: “A maior parte dos alertas tomam a forma, ao longo dos processos que associa atos de vigilância contínuos e exploração de características inesperadas mobilizando capacidades de expertises heterogêneas. Eis porque não se pode jamais racionalizar completamente, a partir de normas e cálculos à distância, um processo de alerta. Apenas depois que se pode projetar os acontecimentos nos espaços de cálculo. A gestão de risco supõe, com efeito, a emergência de um espaço de cálculo comum. Vê-se claramente na atividade normativa de instâncias internacionais que cristalizam conflitos e negociações sobre os elementos a serem levados em conta nos cálculos. Como uma série de experiências pode ela engendrar um novo espaço de cálculo? *A relação entre experiências e cálculo foi invertida pela multiplicação de crises sanitárias, cujo tratamento mudou desde o reconhecimento internacional da epidemia de AIDS, no início dos anos 1980, e, na França, desde os casos de transfusão de sangue. No nível local como internacional, não se pode mais dizer hoje sem se expor à crítica: “segundo os cálculos, o risco é mais negligenciável”. É preciso dar conta de cada caso, de cada incerteza, escutar múltiplos porta-vozes. É nesse sentido que o princípio de*

“Depois da multiplicação dos affaires, de Tchernobyl à crise da vaca louca, da contaminação da transfusão de sangue aos hormônios de crescimento ou à hepatite B, do amianto aos dejetos de dioxina, se forma um tipo de consenso sobre a necessidade de reconfiguração do controle público das novas situações de alertas sanitários (...) Se não se pode mais tudo prever, impõe-se a ideia de que se pode ser vigilante e acompanhar os processos de modo a fazer face às inevitáveis ‘surpresas’, ‘revelações’ e outros ‘elementos novos’” (1997: 17).

Nesse sentido, a importância de *Sombres Precurseurs* (1999) é não apenas fazer do momento crítico um elemento fundamental para a análise sociológica, mas igualmente mostrar progressivamente como a incerteza e o risco se tornam parte integrante do mundo, alastrando-se pela experiência concreta e cotidiana dos atores. Trata-se de uma questão histórica: o *social como problema* se faz de mais a mais relevante e presente *enquanto problema*, exatamente porque a própria realidade se dá progressivamente em termos problemáticos. Trata-se, portanto, de um fenômeno histórico que envolve a reconfiguração da sensibilidade relativa à vigilância e aos riscos, e assim ajuda a corroborar a importância da captação do *social como problema*. *Grosso modo*, já que ele progressivamente se dá em termos problemáticos, captá-lo como problema se torna quase que um imperativo do nosso tempo.

Na busca da captação do *social como problema*, Chateauraynaud e Torny buscaram “explicitar os constrangimentos da mobilização coletiva em torno de um risco postulado ou potencial” (1999: 14). Em outras palavras, a aludida obra se propôs a refletir sobre as condições e limites existentes para que, a princípio, meros anúncios delirantes ou profecias ganhassem concretude e se tornassem efetivos riscos envolvendo a saúde pública e o bem estar da coletividade. Afinal, mesmo se o risco se torna uma propriedade disseminada no tecido social, isso não quer dizer que todo risco seja levado à sério. Ou seja, dizer que a dimensão problemática do mundo se torna parte constitutiva da experiência concreta e cotidiana dos atores não implica, evidentemente, em

precaução, que a partir de agora serve de modelo aos protagonistas, pode ser considerado como um imperativo de ação, a despeito da ausência de elementos tangíveis de um ponto de vista científico. A aparição de novos dispositivos (agências sanitárias, ferramentas de mapeamento, procedimentos de expertise coletiva) se estendeu em uma literatura considerável sobre o princípio de precaução, novo ‘standard de julgamento’ ou ‘princípio de ação’, para uns, ‘fórmula retórica’ ou ‘guarda-chuva político’, para outros, e cuja inscrição na Constituição via Carta do meio ambiente suscitou vivas polêmicas, inclusive no seio da maioria parlamentar” (Chateauraynaud, 2004: 4-5. Grifos meus)

sustentar que tudo o que lhes ocorre é problemático ou se mostra na condição de problema. Para dar conta disso, Chateauraynaud e Torny mobilizam o argumento metodológico tratado até aqui e supõem que “a descrição dos atos empreendidos pelos lançadores de alerta e pelos agentes que os avaliam (responsáveis administrativos, cientistas, redes de vigilância de epidemiologias, mídia, representantes eleitos) torna visível os procedimentos colocados em prática para produzir um julgamento sobre a realidade do perigo e do risco.” (1999: 15)

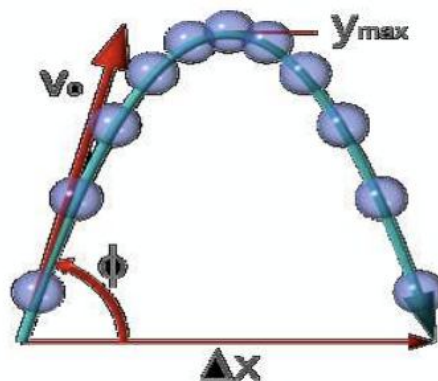
Na obra não se trata mais, como em Boltanski e Thévenot, de pensar as condições de felicidade de uma argumentação justa, ou de como o social é edificado através de situações críticas que fazem apelo a formas de resolução axiológica. De modo distinto, e introduzindo a questão ontológica, trata-se de pensar como as situações críticas em torno da definição de um alerta *real, efetivo e concreto* – ou seja, o prenúncio de algo capaz de tornar tangível, no imediatamente agora, aquilo cuja realização se efetiva apenas no (quase) sempre depois – confecciona o próprio social. *O social é o que emerge através do trabalho empreendido pelos atores nas situações de indefinição por meio das quais os próprios atores estabelecem a distinção entre riscos efetivos e reais e os anúncios delirantes e desarrazoados.*

Uma novidade trazida à tona pela pesquisa dos alertas é, como no caso das controvérsias, a mudança de escala temporal. Os movimentos problemáticos por meio dos quais o social se torna captável e apreensível não são sempre de curta duração, mas por vezes se estendem no tempo. Não mais resolvível em situações de curta duração, a questão tratada diz respeito a um efetivo e longo processo que envolve um continuum relativo à intensidade dos problemas e das investigações. Esse continuum refere-se à intensidade da perturbação, que se inicia no ato de vigilância, passa pelo lançamento de um alerta, pela controvérsia técnica, pela polêmica, pela crise e vai até a sua normalização.

Dando prosseguimento à persecução do *social como problema em sua modalidade problemática*, em *Argumenter dans un champs de forces* (2011) Chateauraynaud se coloca a seguinte questão: como forjar uma metodologia de acompanhamento da carreira dos principais elementos e acontecimentos de crises coletivas, quer dizer, de grandes affaires ou grandes controvérsias

coletivas? Ou seja: como forjar uma metodologia que se adéque plenamente à captação do *social como problema*? Do mesmo modo que Bruno Latour se propõe a fazer um mapeamento de controvérsias para captar *o próprio social como problema em sua condição problemática*, Francis Chateauraynaud se coloca semelhante tarefa e propõe, na aludida obra, uma metodologia de acompanhamento das crises e decorrentes investigações coletivas empreendidas pelos atores quando confrontados com assuntos amplamente controversos e de difícil encerramento. Já que o *social como problema*, como exploramos acima, tem se tornado progressivamente a regra, não mais a exceção (Callon, Lascoumes, Barthes, 2001), como acompanhar a sua dinâmica? Ou seja: *como seguir o social como problema em todos os seus movimentos problemáticos e possíveis formas de estabilização interinas?*

Essa é a empreitada proposta pelo que Francis Chateauraynaud chama de balística sociológica. A princípio, a noção de balística possui uma inspiração formal e, como na matemática, é definida pelo “estudo do movimento de um objeto em proximidade do solo, a partir de três características: o peso do objeto, o impulso e o atrito do ar. Sob a base desses parâmetros, o movimento de um objeto submetido a um campo de gravidade uniforme (na ausência de atrito) obedece a uma trajetória parabólica, cuja dinâmica geral é representada pela seguinte figura” :



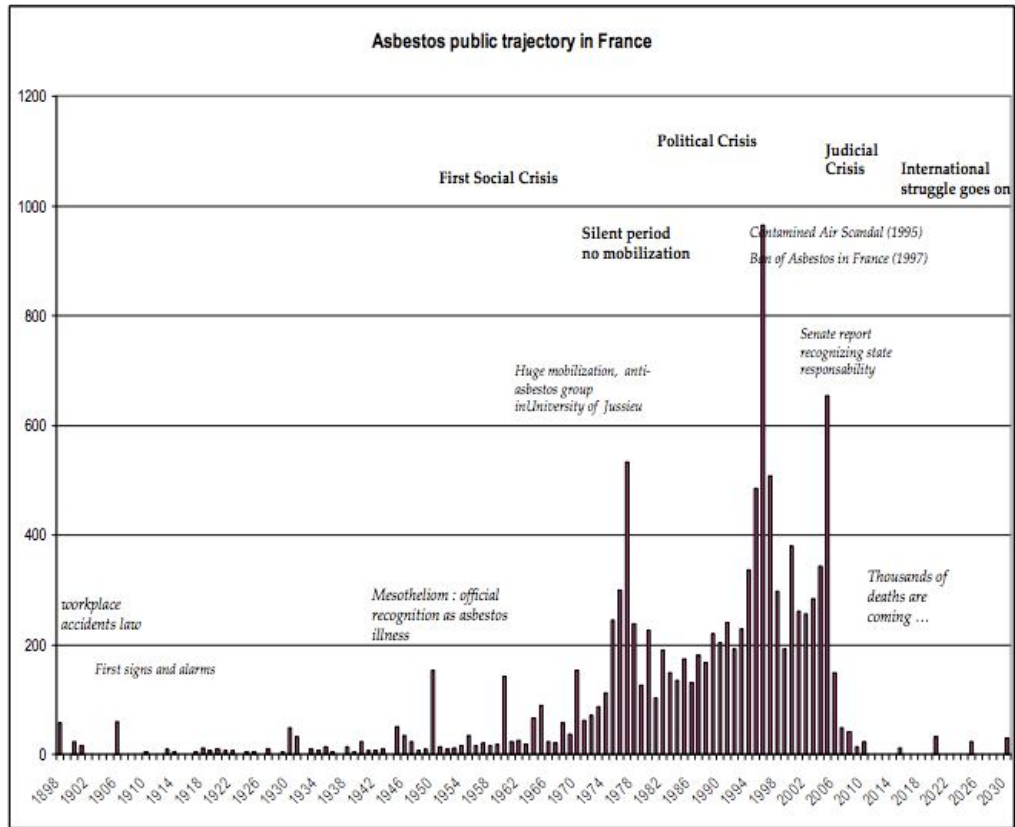
The parabolic model of standard ballistics

É preciso enfatizar que, na realidade, a trajetória das causas e das crises coletivas não são tão simples e lineares como no modelo parabólico da matemática. Mas, se o valor heurístico do modelo se mantêm, ainda que no real as coisas incorram em uma dinâmica de complexidade maior, é porque a balística não se restringe a um espaço euclidiano. A captação do *social como problema* implica em não aderir a uma trajetória simples, mas permanecer atento para a forma como os desdobramentos do processo controverso redefinem as trajetórias de uma causa ou de um *affaire*. Nesse sentido, utilizar a metáfora da balística implica levar em consideração os desenvolvimentos da balística militar contemporânea que, como nota Chateauraynaud, “se encarna em máquinas muito mais móveis, a partir de sistemas de cálculo integrados, capazes de recalcular no curso da rota o valor dos parâmetros, de reprogramar sua trajetória, até mesmo de mudar o alvo no último momento” (2011: 173).

O desafio que se coloca Chateauraynaud é dar uma resposta para o modo como, no caso dos *grandes affaires e crises* coletivas, é possível representar graficamente as transformações e desenvolvimentos imanentes à atividade dos atores situados e concernidos pelo processo controverso. *Grosso modo, Chateauraynaud se pergunta como é possível representar o social como problema?* Uma vez essa tarefa colocada, como é possível, ademais, periodizar um processo controverso cuja história remonta por vezes a um passado de mais de cem anos e cujo presente exige analisar um número gigantesco de atores mobilizados e atuantes em torno dele? Como representar o *social como problema* se o próprio problema exige para ser bem retrçado uma longuíssima temporalidade flutuante e volátil? Chateauraynaud propõe representar a trajetória recorrendo a um “diagrama temporal”, nele localizando o “grau de presença [dos *affaires* estudados] nas arenas retidas por seu peso político midiático” (2011: 179). Esse trabalho é todo ele feito a partir “do acompanhamento da imprensa nacional ou dos momentos fortes de instituições centrais, como os debates parlamentares ou as discussões de expertise⁸” (2011:

⁸ Acrescenta ainda o autor que “a trajetória pode ser indexada a partir da capacidade de um objeto suscitar discussões críticas além ou ao lado do poder midiático ou político” (2011: 179).

179). Para melhor sintetizar a questão, segue adiante o “histograma” em torno da causa ou affaire do amianto:



This graphic is based on statistical distribution of the mentions of years in discourses and texts composing asbestos french corpus studied with Prospéro

9

No gráfico estão sintetizados os períodos em que há uma mobilização coletiva intensa em torno do amianto, como em 1995 e 1997. Também nele encontramos os momentos de passagem que permitem uma sinóptica periodização: a primeira crise social, o período de silêncio, a crise política, a crise jurídica e a passagem para uma luta internacional... Os momentos marcantes são igualmente contemplados: o reconhecimento oficial das doenças

⁹ Chateauraynaud assim descreve o gráfico sobre o *affaire* amianto: “ A distribuição encontrada se apóia sobre os anos mais frequentemente mencionados nos documentos reunidos em torno do *corpus* ‘amianto’. Além dos momentos fortes ou picos de mobilização, esse histograma desenvolve a história do dossiê através do espectro dos anos utilizados nas narrativas e argumentos. Revelam-se os apoios longínquos do passado (tudo parece ter início em 1898, ano da lei sobre os acidentes de trabalho, data de nascimento do Estado-providência) e os pontos de referência futuros (ligados às previsões de mortes imputadas ao amianto).”

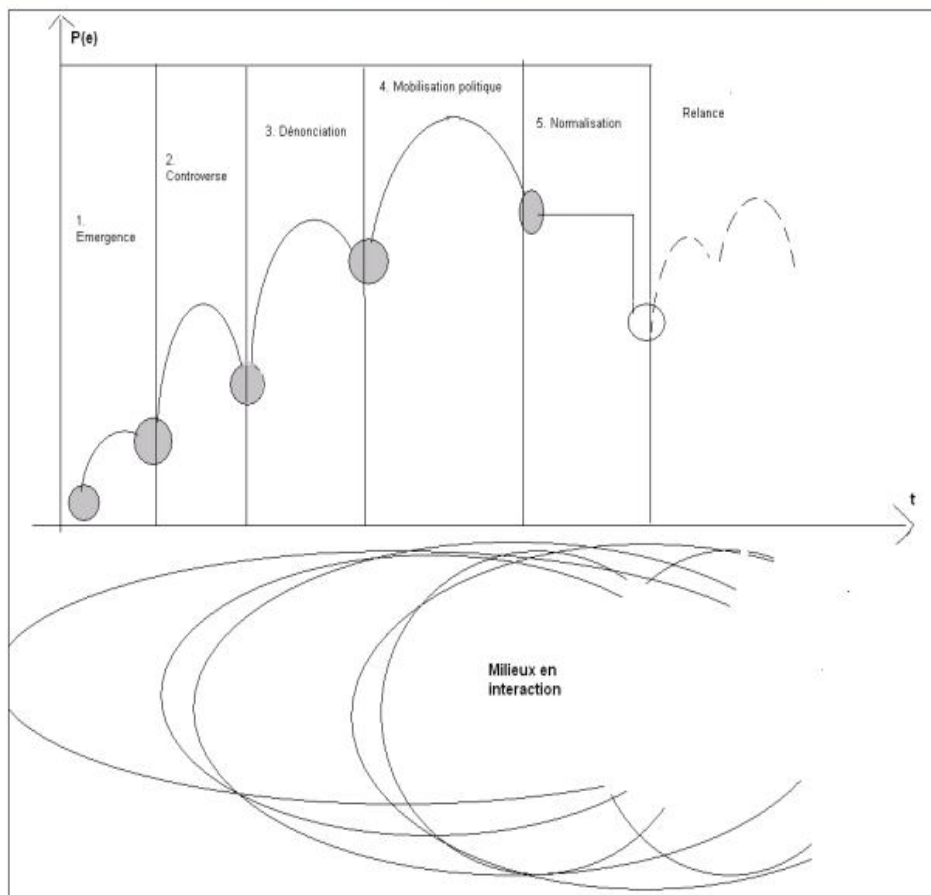
geradas pelo contato com o produto controverso, o escândalo do ar contaminado em 1995, o relatório do Senado reconhecendo a responsabilidade do estado, etc.

Ainda no gráfico, pode-se bem ver como o mapeamento de uma questão controversa, ou seja, da captação *do social como problema enquanto problema* envolve outra questão fundamental: a temporalidade. O “histograma”, portanto, deve contemplar não apenas as datas em que os textos foram escritos, mas igualmente o próprio *tempo* interno ao *affaire*, o que inclui as referências temporais, quer dizer, os “espaços de experiência” e “horizontes de expectativa” (Koselleck, 2006) mobilizados pelos próprios atores imersos no caso controverso. Fazer um efetivo deslocamento de um quadro de referência absoluto para os quadros de referências dos atores necessita não somente levar em consideração, mas se manter atento para o modo como, no tempo e na duração, os próprios quadros de referência dos atores se modificam e variam. Por exemplo, é no curso do próprio *affaire* que um passado móvel vai se construindo à medida que as próprias investigações em torno do amianto apontam para acidentes que ocorreram há muito tempo, antes mesmo do processo investigativo ter sido iniciado e de um problema ter sido detectado. Como se pode ver, no gráfico são apontados os primeiros sinais de alarme e os primeiros acidentes, os quais datam do fim do século XIX e início do século XX. A instalação de uma investigação coletiva em torno de um assunto controverso implica, portanto, na reelaboração do horizonte de pertinências do passado. Ademais, a noção de futuro também vai muito além da data em que os textos foram escritos. Ela se estende pelo menos até 2030, onde são apontadas prováveis mortes daqueles que ficaram sob a exposição do amianto ao longo dos últimos anos. Interessa aqui, portanto, explorar o fato de que, no *affaire*, existe uma temporalidade que lhe é intrínseca e que aponta para um passado e um futuro que são móveis. Essa mobilidade se dá em razão da confrontação contínua e das mudanças e transformações que ocorrem a partir da dinâmica interna do próprio *social como problema enquanto problema*.

A partir dessas idéias gerais, Chateauraynaud define sua balística sociológica como uma ferramenta que pretende “descrever, comparar e analisar as trajetórias seguidas por causas (ou *affaires*) diferentes em arenas análogas ou pelas mesmas causas a partir de enquadramentos diferentes, levando em conta a

evolução de intenções ou de fins perseguidos pelos protagonistas” (2011: 174). Assim como na lógica da investigação de Dewey, Chateauraynaud sugere algumas etapas – discerníveis apenas analiticamente – próprias à investigação coletivas empreendidas pelos autores: emergência, controvérsia, denúncia, mobilização política, normalização e, quando é o caso, relançamento da crise¹⁰. Para isso, o autor lança mão de uma pragmática dos processos de transformação capaz de acompanhar as trajetórias de uma só causa, ao longo de uma ou mais crises coletivas, ou de várias causas em uma só crise, nelas apontando tudo o que resiste às variações, os pontos de bifurcação, de transformação, enfim, os acontecimentos significativos que emergem do próprio desdobramento imanente do processo controverso. Para melhor exemplificar, ele propõe o seguinte gráfico:

¹⁰ Assim Chateauraynaud define as principais fases do modelo balístico: (1) “processo de surgimento ou de emergência de uma causa – o caso de alertas que se tornam ao mesmo tempo um caso particular; (2) controvérsia científica ou confrontação de expertises das quais dependem o tipo de factualidade e a natureza das provas; (3) acusação, denúncia, polêmica, escândalo. Quando esses regimes se realizam, a natureza das provas muda radicalmente; (4) mobilização política propriamente dita, através da qual múltiplos grupos e instancias entram em cena, em função de seus interesses e valores; (5) processos de normalização e de negociação de novos dispositivos (critérios de regularização para imigrantes ilegais, norma de exposição de residentes para as indústrias classificadas, modalidade de entrada e de saída do regime de intermitentes, nível de indenização para os assalariados expostos ao amianto, distância entre culturas transgênicas e não transgênicas, etc.) (6) relançamento ou retorno: um acontecimento, a fala de um porta-voz, uma crítica, uma decisão joga os atores na controvérsia e no conflito. Como na filosofia política de Jacques Rancière, novos atores que não participaram do processo inicial podem surgir no espaço público exigindo serem levados em conta” (2011 191-192)



11

Articulando o tempo com elementos que indicam a força ou intensidade da mobilização e, por conseguinte, da perturbação engendrada pelo *affaire* (“um índice bastante eficaz é formado pelo número de autores-atores que tomam palavra a propósito da causa”, [2011: 188]), Chateauraynaud oferece uma alternativa para se pensar o *social como problema* e intenta operacionalizar uma pesquisa que seja sensível às evoluções de suas

¹¹ Assim o autor explica o gráfico: “Na abscissa, o tempo; na ordenada a potencia de expressão – $P(t)$ que varia ao longo do tempo e que pode ser medido por diferentes índices. Um índice bastante eficaz é formado pelo número de autores-atores que tomam a palavra a propósito da causa. O nível do índice é idealizado sobre esse esquema teórico, mas múltiplas aplicações se mostram quando se obtém perfis comparáveis. A zona sombria representada sob o ponto de origem reenvia ao jogo de forças, frequentemente opaco, por vezes misterioso e mesmo bastante obscuro, que condicionou a emergência ou o lançamento. O que impulsionou a causa, o alerta, o problema na direção do público? Os atores que disso se encarregam tentam geralmente responder a essa questão por procedimentos de desvelamento. O modelo não pode senão deixar aberto. Isso dá um olhar ligeiramente voltado para o que é uma teoria do complô: uma versão radical pela qual a trajetória completa teria sido premeditada por uma ou várias pessoas localizadas em um lugar inacessível às outras e às dimensões obscuramente sombrias.” (2011: 188)

modalidades problemáticas. Nesse sentido, a balística é uma tentativa de se olhar para temas coletivos controversos de longa duração mantendo-se atenta para os elementos endógenos ao próprio processo.

V

Depois de passarmos por alguns dos autores emblemáticos da sociologia pragmática francesa, nos atendo especificamente sobre o modo como eles bem descrevem *o social como problema a partir dos movimentos problemáticos* convém fazermos uma pequena digressão. O ponto que nos colocamos é: em que medida essa captação do social como problema nos permite olhar para o surgimento da sociologia de outro modo.

Uma leitura retrospectiva nos permite perceber a intrínseca relação existente entre o surgimento do saber sociológico e a crise social que engendra o que posteriormente chamou-se de modernidade. Nesse sentido, a sociologia pode ser vista como a resultante de três grandes crises ou rupturas que afetaram profundamente a condição humana: a revolução científica (no nível epistemológico), a revolução industrial (no nível econômico) e a revolução francesa (no nível político). Como bem nota Kumar (1978), há, ao menos, seis grandes imagens representativas das mudanças diagnosticadas pelos clássicos daí decorrentes: (1) urbanismo como modo de vida; (2) transição demográfica; (3) o declínio das comunidades; (4) especialização da divisão do trabalho; (5) centralização, equalização e democratização; (6) secularização, racionalização e burocratização. Desse ponto de vista, é possível dizer que, mesmo o primeiro “social” dos teóricos clássicos (Marx, Weber, Simmel, Durkheim e cia), só se tornou retraçável exatamente porque, nesse momento, esse conjunto de reconfigurações já apontavam para o *social como problema*. Portanto, visto desse prisma, a condição de possibilidade do surgimento da sociologia está vinculada ao contexto geral das crises, modificações e transformações a partir das quais o *social*, uma vez dado na modalidade de movimentos problemáticos, tornou-se retraçável. Vista como uma “ciência da crise” (Nisbet), a própria sociologia ganha novos contornos.

Quando, em *As regras do método sociológico*, Émile Durkheim diz, no início do capítulo II, que “a primeira regra e mais fundamental é considerar os

fatos sociais como coisas”, trata-se, portanto, de uma estratégia para captar esses movimentos e transformações existentes no tipo de formação social em meio a qual ele vivia. O problema maior, aqui, não é tanto dizer que ele *substantivou o social*, mas que o próprio social progressivamente, como ele mesmo já apontava, foi se complexificando e se diferenciando. Se, em um primeiro momento, esse modo de tratamento do social foi não apenas capaz para a institucionalização do saber sociológico, como também para retraçar o social que se apresentava em sua conjuntura histórica, é igualmente verdade que, pouco depois, essa forma de captação se tornou um dos principais obstáculos e impeditivos para o avanço da teoria social. Trata-se de uma questão histórica. O próprio tecido social se complexificou e, com isso, passou a exigir da sociologia novas ferramentas de captação. E essa é a leitura que propomos da sociologia pragmática francesa: um esforço para forjar novas ferramentas analíticas de apreensão desse *novo social*, cada vez mais dado em sua modalidade de aparição problemática e, por isso mesmo, exigindo a sua captação nessa condição.

Mais acima, no que concerne à segunda metade do século XX, mencionamos rapidamente as duas estratégias que a sociologia mobilizou para evitar o perigo da reificação do social. Com os neo-clássicos Erving Goffman, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, o relacionismo pareceu ser a estratégia dominante. Esses autores forjaram diversas maneiras dissolvê-lo. Seja diluindo-o nas relações interativas (Garfinkel), nas interações face-a-face (Goffman), na relação dialética entre agência e estrutura (Giddens), na relação prática com a prática ou ainda na relação dialética entre *habitus* (estrutura estruturante) e campos (estrutura estruturada) (Bourdieu), a dimensão relacional do social foi o pano de fundo comum. Para esses autores, a resposta ao problema da reificação do social, de seu estatuto, esteve na tese segundo a qual as relações são anteriores aos termos. A partir daí toda uma nova epistemologia foi mobilizada para captar essa nova ontologia desse novo social relacional.

A partir da década de 1980, contudo, mostramos como a estratégia parece ter avançado em outra direção. De modo irredutível ao social (relacional) dos “clássicos contemporâneos”, um conjunto de autores propôs uma outra estratégia: o enquadramento do *social como problema*. Não se tratava mais de pensar o estatuto do social, nem de tratá-lo como fator explicativo das coisas.

Ao contrário, ele próprio tornou-se o que, em meio aos problemas, deve ser explicado. Esse é o argumento ontológico que permeia a teoria dos atores: a própria ontologia do mundo não é definível por um princípio externo às ações dos atores, mas o que emerge a partir de suas ações, investigações (*inquiry*) empreendidas – as quais se tornam visíveis nos momentos críticos e situações problemáticas. A dimensão relacional herdada pelos neoclássicos se manteve e se radicalizou, mas o elemento fundamental foi completamente deslocado. “Dessubstancializar” o social – ou simplesmente *atualizar o social durkheimiano a partir do mundo contemporâneo* – nessa segunda linha implicava não apenas submergi-lo na tessitura relacional do real, mas sobretudo apreendê-lo não mais como entidades relacionais, porém como problemas em movimento.

Portanto, se nos neo-clássicos a estratégia principal foi diluir a estrutura de relações objetivas na prática, na agência ou nas interações, com os contemporâneos pós-década de 1980, mais precisamente com a sociologia pragmática francesa, tratou-se de captá-lo nas situações problemáticas, nos momentos críticos, alertas ou *affaires* coletivos. Sem aderir a um princípio explicativo do social ou do indivíduo, mostramos como a perspectiva *pragmatista* propunha a descrição do modo como os próprios atores, ao lidarem com situações críticas, indeterminadas ou instáveis, agiam a fim de restabelecer um novo equilíbrio provisório. *O social tornou-se então o resultado do que se faz, se defaz e refaz através desses processos empreendidos pelos atores. Evitou-se, com isso, a postulação de uma metafísica de partida (da sociologia) que não se deixasse contaminar pelas metafísicas expressas nas ações dos atores em situações problemáticas.*

Com Bruno Latour aprendemos o quão profícuo pode ser captar o social através dos movimentos problemáticos existentes quando o “fato bruto” ainda se encontra em “estado quente”, como nas situações de prova ou nas controvérsias. Luc Boltanski e Laurent Thévenot bem mostraram a importância de se atentar para os momentos nos quais, submetidos ao imperativo de justificação, os atores se esforçam para restabelecer um novo social por meio do estabelecimento de acordos justos. Ou seja: como o social é constituído e reconstituído a partir das investigações axiológicas empreendidas pelos atores em situações críticas cujo modo de resolução apela para os princípios morais

que gozam de legitimidade pública. Passando da dimensão axiológica para a ontológica, Francis Chateauraynaud e Christian Bessy deslocaram a pergunta para o modo como se produz e reproduz o social por meio das situações problemáticas que mobilizam o senso de realidade dos atores. Aqui, a mesma estratégia de análise foi mantida: ao invés de estabelecer um princípio de realidade para além da experiência concreta dos agentes, os autores se propuseram analisar, acompanhar e descrever as modalidades agenciais empregadas pelos atores nas situações em que a realidade e a aparência se achavam indiscerníveis.

Em um momento subsequente, a perspectiva do social como problema foi estendida para além das situações de curta duração, e ampliadas àquelas duráveis, quer dizer, de longa duração. Vimos como Francis Chateauraynaud, em trabalho com Didier Torny, apresenta esse social problemático, fluído e dinâmico através da figura dos lançadores de alertas (*whistleblowers* ou *lanceur d'alerte*), quer dizer, agentes contemporâneos que denunciam situações críticas vindouras nas quais a ação reparativa deixa de se pautar apenas pelo o que já aconteceu e se volta para o que pode acontecer – ou acontecerá caso providências imediatas não sejam tomadas. Em seguida, mostramos rapidamente como Chateauraynaud propõe, em *Agumenter dans un champs de forces: essais d'une balistique sociologique* (2011), a elaboração de uma metodologia de acompanhamento de crises coletivas inspirado na ideia de balística. E assim apontamos como o autor forja uma metodologia cujo escopo é apreender o *social* como *resultante da dinâmica dos movimentos problemáticos*.

Isso dito, faz-se preciso retomar à questão inicial. Se é verdade, como falamos rapidamente no início da conclusão, que Durkheim, Marx e Weber podem ser vistos como autores que retraçaram o *social* que tornou-se para eles apreensível a partir das crises, transformações, rupturas, em poucas palavras, *dos movimentos problemáticos* de seus respectivos contextos sócio-históricos, o que parece estar em jogo nos elementos propostos pela sociologia pragmática é a seguinte questão: o que é fazer uma sociologia adaptada ao mundo hoje. Ou seja: como a sociologia pode captar, para retomar a expressão de Michel Foucault, a “ontologia do tempo presente”? Foi esse quadro que tentamos brevemente esboçar.

Bibliografia

- BECK, Ulrich. (1992), *Risk Society. Towards a new modernity*. London, Sage Publications.
- BENATOUIL, Thomas. (1999), Critique et pragmatique en sociologie. Quelques principes de lecture. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 54 (2)
- BREVIGLIERI, Marc, STAVO-DEBAUGE, Joan. (1999), "Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot". *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Volume 7, Segundo Semestre, pp. 7-22.
- BOLTANSKI, Luc. (1990), *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié.
- _____. (2009), *De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation* Paris, Gallimard.
- _____ e THÉVENOT, Laurent. (1991), *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- _____. (1999), "The Sociology of Critical Capacity". *European Journal of Social Theory*, no 2, vol. 3, pp. 359-377.
- _____ e CLAVÉRIE, Elisabeth. (2007), "Du Monde Social en tant que Scène d'un Procès", in L. Boltanski et alli (eds.), *Affaires, Scandales et Grandes Causes*. Paris, Stock.
- BOURDIEU, P. (1977), *Algérie 60 (soixante): structures économiques et structures temporelles*. Paris, Minuit.
- _____. (1979), *La distinction. La critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- CALLON, Michel, LASCOUMES, Pierre, BARTHE, Yannick, (2001), *Agir dans un monde incertain*. Essai sur la démocratie technique, Paris, Le Seuil (collection "La couleur des idées").
- CEFAÏ, Daniel. (1996), "La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques". *Revue Réseaux*, n° 75.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. (1991), *La faute professionnelle*, Paris, Métailié.
- _____. (2003) *Prospéro : Une technologie littéraire pour les sciences humaines*, Paris, CNRS).
- _____. (2004a), *Pragmatiques de la complexité*. Modèles sociologiques pour l'analyse des processus de mobilisation. Document de travail du GSPR, Paris, EHESS. In: http://gspr.ehess.free.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=2
- _____. (2004b), *L'épreuve du tangible: Expériences de l'enquête et surgissements de la preuve*. In: *La croyance et l'enquête. Aux sources du pragmatisme*. Raisons Pratiques, vol. 15. EHESS, p. 167-194.
- _____. (2011), *Argumenter dans un champ de forces. Essai de balistique sociologique*, Paris, éditions Pétra.
- _____ e BESSY, Christian. (1995), *Experts et Faussaires. Pour une sociologie de la perception*, Paris, Métailié.

- _____ e DIDIER, Torny (1999), *Les Sombres précurseurs : Une Sociologie pragmatique de l'alerte et du risque*, Paris, EHESS.
- DESCOLA, Phillipe. (2005), *Par-delà nature et culture*, Paris, Gallimard, « Bibliothèque des sciences humaines ».
- DEWEY (1938), *Logique. La théorie de l'enquête*. Paris, PUF, 1993.
- DOSSE, François. (2003), *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: Edusc.
- DURKHEIM, Émile. (1895) *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 2007.
- INGOLD, Tim. (1996), *Key Debates in Anthropology*. London, Routledge.
- LATOUR, Bruno. (2006), *Changer de Société. Refaire de la sociologie*. Paris, La Découverte.
- _____. (2010), *Cogitamus: six lettres sur les humanités scientifiques*. Paris, La Découverte.
- LEMIEUX, Cyril. (2007), À quoi sert les analyses des controverses? Société d'études soréliennes | Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle. 2007/1 - n° 25
- _____ (dir), (2010), *La subjectivité journalistique. Onze leçons sur le rôle de l'individualité dans la production de l'information*, collection « Cas de figure », 12, Paris, Éditions de l'EHESS.
- KUMAR, Krishan. (1978), *Prophecy and progress: the sociology of industrial and post-industrial society*. London, Penguin.
- LEPETIT, Bernard. (1995), *Les Formes de l'expérience. Une autre histoire sociale* (dir.), Paris, Albin Michel.
- NACHI, Mohammed. (2005) *Introduction à la sociologie pragmatique. Vers un nouveau style sociologique ?* Paris, Armand Colin.
- VANDENBERGUE, Frédéric. (2006) Construction and criticism in the new french sociology. *Soc. estado.* , Brasília, v. 21, n. 2, 2006 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000200003&lng=en&nrm=iso >
- _____. (1999), “The Real is Relational”: An Epistemological Analysis of Pierre Bourdieu's Generative Structuralism , *Sociological Theory*, Volume 17, Number 1, March 1999 , pp. 32-67(36).
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2002), “O conceito de sociedade em antropologia”. In: *Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo, Cosac & Naif.